



“Venha a nós o Vosso reino”: a legitimação da Corte Medieval através da imagem da Corte Celestial

“Thy Kingdom come”: The Legitimation of the Medieval Court Through Image of the Heavenly Court

Jó KLANOVICZ¹

Icles RODRIGUES²

Rodrigo Prates de ANDRADE³

Resumo: Este artigo estuda a corte medieval sob a ótica de uma leitura historiográfica da teologia política. A idéia de um instrumento de legitimação do poder real embasado na corte celestial e esta espelhada na corte terrena. Esta concepção está muito presente na iconografia medieval, que será usada nesta análise.

Abstract: This article studies the medieval court by a perspective of a historiographical readout of the political theology. The idea of an instrument of legitimation of the royal power based in the heavenly court and that mirrored in the earthly court. This conception is very present in the medieval iconography, that will be used in this analysis.

Palavras-chave: Corte; Rei; Imagem; Nobreza; Igreja.

Keywords: Court; King; Image; Nobility; Church.

O Evangelho de Mateus, 6, 10, expõe a oração dos cristãos, sugerindo também uma hierarquia peculiar: “[...] que seja feita a vossa vontade, assim na terra como no céu [...]”. Mateus não imaginaria que estaria representando o que pode ser considerado o zeitgeist do ocidente medieval: uma teologia política caracterizada pela subordinação do mundo terreno ao modelo de organização celeste, tal qual o imaginado pelas escrituras. A partir do século IX, a emergência da idéia de centralização de poder, de coordenadores supremos personificados em governantes, e da clareza sobre a interdependência dos governantes dispersos, trouxe consigo o aspecto mais

¹ Doutor em História (2007), Pós-doutor em História (2008), Professor Colaborador Depto de História da UFSC, klanov@gmail.com.

² Graduando do Curso de História da UFSC, icles.rodrigues@gmail.com

³ Graduando do Curso de História da UFSC, rodrigopratesdm@hotmail.com

notável da história ocidental: a formação de órgãos centrais de forte estabilidade e especialização em grandes regiões territoriais.⁴

Tornou-se comum a construção imagética do príncipe sob a efigie de um representante divino entre os mortais, dotado de poder secular e investido de poderes por Deus. Marc Bloch abriu a frente desses estudos ao publicar *Os Reis Taumaturgos*, em 1924, discutindo explicitamente o caráter mágico do poder real medieval na época da Guerra dos Cem Anos, entre França e Inglaterra.⁵ Mas coube a Ernst Kantorowicz teorizar, há pouco mais de 50 anos, o estatuto divino do poder real, na obra *Os dois corpos do rei: um estudo sobre teologia política medieval*, editado, pela primeira vez, em 1957, nos Estados Unidos da América. O ponto de partida de seu estudo foi a metáfora dos dois corpos do rei utilizada pelos legisladores da Inglaterra dos Tudors para expressar a diferença entre o rei como um homem mortal ("ele tem em si um corpo natural") e o rei que corporifica a Commonwealth ("e por sua graça, o que o rei faz em seu corpo político não pode ser invalidado ou frustrado em seu corpo natural").⁶

Os estudos de Marc Bloch e Ernst Kantorowicz tornaram-se clássicos, inspiradores de outras observações acerca do uso de imagens na e sobre o período medieval e o papel dos governantes na Europa Ocidental. Um período no qual a imagem (ímagem), tinha usos práticos, hierarquicamente à frente de outros usos, tais como o estético. Entretanto, por um processo de inversão pejorativa que recaiu sobre o conceito de Idade Média, que acabou sendo apenas despojado de um cunho preconceituoso a partir de estudos românticos do século XIX e do revigorar da história como campo de conhecimento na virada do século XIX para o XX, a produção cultural e intelectual medieval foi, muitas vezes, ignorada ou simploriamente interpretada.⁷

Tardou, portanto, para que os estudos novos de iconografia e iconologia tomassem a forma moderna dentro das guerras de ciência do final do século XIX e da primeira metade do século XX, para perceber-se e se aceitar, em certa medida, que a Idade Média marcou um dos primeiros grandes espaços-

⁴ ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador. Formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. v. 2. p.142.

⁵ BLOCH, Marc. *Os Reis Taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

⁶ KANTOROWICZ, Ernst H. *Os dois corpos do rei: um estudo sobre teologia política medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

⁷ ZUMTHOR, Paul. *Falando de Idade Média*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

tempos do Ocidente no que diz respeito ao uso de multimídia para informar e difundir conhecimentos nos mais variados campos.⁸

A imagem, desde os primórdios do cristianismo, é utilizada como ferramenta fundamental na doutrinação da população, ainda mais levando em conta o analfabetismo desta, que tinha nestas uma forma de aproximar-se do divino. A representação iconográfica de Cristo, inicialmente sob a representação de cordeiro, e mais adiante com suas alterações até chegar às formas mais próximas do que hoje temos fixado em nossa cultura, alterou-se sistematicamente com o passar dos séculos, tendo atingido durante a Idade Média uma representação talvez jamais imaginada nos primórdios do cristianismo: Cristo entronizado, representado de forma monárquica como um soberano acima da humanidade, sua “vassalagem”.

O objetivo deste artigo é questionar se a representação “divinizada” destes monarcas e suas cortes são, de fato, um instrumento de legitimação real com a conivência do clero católico apostólico romano ou se trata apenas de uma convenção relativa à época da qual a maior parte dessas imagens surgiu, usando como forte indício principalmente a representação da corte, unindo a celestial e as seculares. Ou seja, discorrer acerca de questões ideológicas e sociais dessa representação, de acordo com o dinamismo desta com a sociedade que a produziu.

I. Iconografia

A análise de imagens, por seu caráter especulativo, possui uma miríade de armadilhas. As imagens não foram criadas, pelo menos em sua grande maioria, tendo em mente os futuros historiadores. Seus criadores tinham suas próprias preocupações, suas próprias mensagens.⁹ Paul Veyne, em seu livro *Como se escreve a história*, aborda a questão da natureza lacunar da história, argumentando que, por exemplo, um livro de história não trata do Império Romano, mas daquilo que ainda podemos saber sobre esse império.¹⁰ Se isso ocorre com as fontes escritas, que independente da possibilidade de forjamento ou de não nos informarem exatamente a realidade dos fatos – e até mesmo nesse caso podemos tirar proveito dessas informações, para o estudo das mentalidades daqueles que as confeccionaram –, são tidas como mais confiáveis, com a iconografia essa natureza lacunar atinge proporções abissais.

⁸BURKE, Peter. *Testemunha Ocular: história e imagem*. Bauru: EDUSC, 2004, p. 43-44.

⁹*Ibid.*, p. 43.

¹⁰VEYNE, Paul. *Como se escreve a história. Foucault revoluciona a história*. 4ª ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2008, p. 26.

A contextualização temporal da imagem não pode ser de forma alguma ignorada. Detalhes da imagem em questão podem vir a se mostrar muito mais claros se o contexto da época em que foi produzida nos for conhecido, o que é um dos desafios da análise de imagens pelos historiadores.¹¹ Obviamente que a imagem pode conter elementos de uma época precedente – como as pinturas renascentistas e seus modelos helenizados, inspirados na Antiguidade Clássica – de forma abundante, mas algumas vezes o estilo usado para sua confecção é decisivo na identificação da época em que a obra iconográfica foi produzida.

Ao identificar-se o contexto e a época em que a imagem foi confeccionada, temos em mãos uma nova tarefa: analisar os elementos nestas que são produtos da cultura do período. Por si só, estes elementos nos aparecem como respostas a perguntas que por vezes não almejamos fazer. Exemplificando, segundo palavras de Peter Burke, uma imagem usada para provocar emoções pode ser usada como objeto de estudo dessas mesmas emoções.¹²

Logo, a produção iconográfica medieval pode – e deve – ser utilizada como ferramenta para estudo, salvaguardando-se contra possíveis deslizos oriundos de uma análise apressada.

Para elucidar determinadas questões referentes ao tema, devemos nos remeter ao início do cristianismo, aonde era tarefa praticamente impossível dissociar a recente igreja cristã do título de imperador, e seguir por esta via que levou ao conceito de corte medieval.

II. O Contexto

A associação entre monarcas e o divino vem da Antiguidade Clássica. Pedro e Paulo, os apóstolos que teriam saído do Oriente para pregar a nova doutrina, dirigiram-se para Roma com esta finalidade. Roma era o centro do Império, o lugar ideal para qualquer um que quisesse passar qualquer mensagem para um grande número de pessoas.¹³ Eis que alguns séculos mais tarde surge o primeiro imperador romano cristão. Constantino, após derrotar Maxêncio por “inspiração divina” – mesmo que até hoje essa inspiração seja demasiadamente vaga –, decidira que o cristianismo era a ferramenta ideal

¹¹ SCHMITT, Jean-Claude. *O corpo das imagens: Ensaio sobre a cultura visual na Idade Média*. Bauru: 2007, p. 33.

¹² BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru: EDUSC, 2004, p. 60.

¹³ DUFF, Eamon. *Santos e Pecadores: história dos papas*. São Paulo: Cosac & Naify, 1998, p. 8.

para a tão desejada unificação do império. Por volta do ano 312 generaliza-se a crença de que Constantino, de fato, convertera-se ao cristianismo.¹⁴

A prosperidade que se seguiu para a igreja cristã era notável. A lista de favores concedidos por Constantino crescia a olhos vistos, porém, com o claro intuito de estabelecer o culto cristão sobre bases convenientemente imperiais.¹⁵

Constantino não tardou a perceber que a igreja cristã, que deveria ser um instrumento de união, estava por si só extremamente dividida. Este acreditava ter sido incumbido por Deus de unir sua Igreja, o que o colocou em conflito com os papas. De fato, Constantino foi um imperador ativo, e sua intervenção direta nos assuntos da igreja ocorreu efetivamente. A maior de todas, sem dúvida, fora o Concílio de Nicéia. Os concílios tornaram-se a forma mais efetiva de se definir a doutrina cristã de forma definitiva, e sem margem de contestações. Logo, temos dois grandes exemplos de como a instituição imperial e a Igreja, desde seus primórdios, não podem ser dissociados: fora um imperador o responsável pela guinada da doutrina cristã e o arquiteto de seu primeiro concílio ecumênico, presidido por si mesmo, já que o papa Silvestre mandara apenas dois de seus bispos, não estando ele mesmo presente.

Eusébio de Cesaréia, historiador da Igreja e biógrafo oficial do imperador Constantino, ajudou a definir de forma mais clara a associação entre imperador e Deus: “Do mesmo modo que há um só Deus, e não dois, três ou mais – o politeísmo não é nada além de ateísmo – não há senão um único imperador; a lei imperial é única...”¹⁶

Tanto o clero quanto os leigos viam-se obrigados a não contestar a palavra do Imperador – ou ao menos manter total prudência ao fazê-lo –, já que este era o primeiro na terra tal qual Deus o era nos céus. Por conta disso, os oito primeiros concílios ecumênicos – de Nicéia I a Constantinopla IV – foram determinados por imperadores do Oriente. Os papas, sem outra alternativa, tiveram que aceitá-los todos, mesmo que isso os tenha irritado profundamente.¹⁷

Avançando alguns séculos no tempo propositalmente, levamos nossa atenção para uma das mais famosas falsificações da história: a Doação de Constantino.

¹⁴ DUFY, op. cit., p. 18.

¹⁵ Ibid., p. 19-20.

¹⁶ ARNALDI, Girolano. “Igreja e Papado”. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (Org). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Bauru: EDUSC, 2006, p. 567.

¹⁷ Ibid., p. 568.

Segundo este documento, Constantino cedia ao papado, em agradecimento à cura de sua suposta lepra pelas orações de Silvestre I, a sucessão eterna acima de todos os outros bispos de outras igrejas. Mais do que isso, concedia todas as prerrogativas da posição de imperador.¹⁸ Não seria a primeira, nem a última vez em que o poder secular e o poder religioso se mesclavam em um complicado jogo de interesses – defendido por cada um dos lados baseados em sólidos argumentos –, pois séculos mais tarde, Carlos Magno fora coroado imperador dos francos. A coroação deste pôde acontecer em Roma apenas por que esta conseguiu manter seu status de *urbs regia* (Cidade Real), e isso só foi possível graças à presença papal na cidade.¹⁹ Porém, a ascensão de Carlos Magno mostrou que mais uma vez um imperador, detentor do poder secular, almejava unificar os poderes religioso e secular em suas mãos. Adquirindo vasta documentação clerical, almejava tornar-se “regente” incontestado da *ecclesia universalis* (Igreja universal), agindo sempre em nome de Pedro, de Roma.²⁰

Temos em mãos exemplos de como a Igreja pretendia legitimar seu poderio *ad imitationem imperii* (à imitação do Império), tal qual o império agia *ad imitatio sacerdotii* (à imitação do sacerdócio). De fato, algo aconteceria futuramente com as representações divinas carregadas de características imperiais, desde a entronização até a mostra da corte celestial tal qual a corte real. Um exemplo, ainda que muito brando, da ligação que os papas possuíam o poder de fazer entre a terra e o céu, investida a estes segundo palavras de Cristo retiradas do Evangelho de Mateus: “Tu es Petrus, et super hanc petram aedificabo ecclesiam meam et tibi dabo claves regni caelorum” (Tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja e te darei as chaves do Reino dos Céus).²¹

III. *Rex imago Dei*

É um fato que a representação imagética dos monarcas na Idade Média em sua grande maioria, e principalmente após a coroação de Carlos Magno, foi investida de um caráter divino. De fato, sabemos que a maior parte – quase totalidade – da produção iconográfica do período possui como foco principal elementos religiosos. Gregório Magno, em sua carta ao bispo iconoclasta Serenus de Marselha, datada do ano 600, ressaltou entre outros aspectos o caráter didático, instrutivo da imagem. Segundo o papa, através das imagens

¹⁸ DUFF, op. cit., p. 71.

¹⁹ ARNALDI, op. cit., p. 574

²⁰ ARNALDI, loc. cit.

²¹ DUFF, op. cit., p. 1.

os iletrados, maioria esmagadora da população da época, poderiam entender a História sacra, sendo a imagem para eles o que a escrita era para os clérigos.²²

Das representações de Cristo como cordeiro até a representação de Deus como uma mão irrompendo das nuvens, uma metamorfose constante – embora lenta – caracteriza as imagens sacras medievais. Muitos são os autores que discutem sobre ela e essa relação divino/terreno. A exemplo, citemos Jacques Le Goff.

Em sua obra *As Raízes Medievais da Europa*, o autor discorre sobre as três funções do rei – religiosa, militar e a prosperidade do seu reino, de definição mais complicada – e de sua imagem como a de Deus, *Rex imago Dei*.²³

Noutra obra, *O Deus da Idade Média*, o autor novamente trabalha com essa representação divina dos soberanos, quando afirma que o Deus cristão compôs grande parte de seus traços durante o Império Romano; mais que isso, expõe o imperador como modelo terrestre deste Deus.²⁴ Os reis, que futuramente iriam adquirir essa representação divinizada, vieram depois. A repercussão entre os fiéis era assegurada pela Igreja.

A representação antropomórfica de Deus era a contrapartida. Em outra de suas obras, *A Civilização do Ocidente Medieval*, o autor vai mais além, mostrando como essa representação de Deus não era diferente para Jesus Cristo. Entronizado, presidindo o Juízo Final; mostrando suas chagas, mas coroadado.²⁵ Afirma também que os reis e imperadores do período muito se utilizaram desse artifício para sobreviverem às atribulações pelas quais seguidamente precisavam enfrentar, advindas muitas vezes da contestação de seus poderes seculares.

Le Goff afirma que reis e imperadores prosseguirão ao longo de toda a Idade Média tentando fazer com que fosse reconhecido neles mesmos um caráter religioso, sagrado, quase sacerdotal.²⁶ A sagração, oriunda da Igreja, investe o soberano de caráter divino, e este deve obediência à Igreja. Caso contrário, torna-se um tirano, perdendo sua dignidade.²⁷ Por fim, temos em *O Nascimento*

²²SCHIMITT, Jean-Claude. *O corpo das imagens: Ensaio sobre a cultura visual na Idade Média*. Bauru: 2007, p. 60.

²³LE GOFF, Jacques. *As raízes medievais da Europa*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

²⁴Id. *O Deus da Idade Média: conversas com Jean-Luc Pouthier*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 72-73.

²⁵Id. *A Civilização do Ocidente Medieval*. Bauru: EDUSC, 2005, p. 150.

²⁶Ibid., p. 270.

²⁷Ibid., p. 225.

do Purgatório, um trecho aonde Le Goff afirma que entre 1150 e 1300 a cristandade remodela a “cartografia celestial”, por assim dizer. Segundo o autor, as coisas movem-se ao mesmo tempo na terra como no céu; aqui embaixo como no além.²⁸

Eis que, através dessas argumentações, passamos adiante para a análise da iconografia medieval, desde o início deste trabalho discutida. Chegamos à outra das ferramentas de legitimação do poder real, senão uma das mais importantes: a corte.

IV. A Corte

De acordo com algumas proposições históricas, no fim da Idade Média, o rei, apoiado na burguesia, centralizou o poder em si, e isto representou a decadência da nobreza. Entretanto é mister que em nosso labor evitemos qualquer tipo de reducionismo, pois como afirma Bernard Guenée em *O Ocidente nos séculos XIV e XV*, fica claro que no século XIV ocorre um declínio do feudalismo e a ascensão da burguesia, porém isto não representaria a decadência da nobreza medieval.²⁹

Então para onde esta aristocracia, antes presente nos feudos, deslocou-se? Estes homens constituíam uma aristocracia bélica, porém, devido a uma série de fatores, estes nobres vassalos abandonaram sua natureza guerreira, transformando-se em uma nobreza cortesã.³⁰

Os reis e príncipes medievais iniciaram um processo de centralização do poder, e cada vez mais precisavam justificá-lo. Vieram a utilizar diversos meios para isso, como insígnias reais, sagrações, porém é na corte que encontram o verdadeiro meio de legitimar o seu poder.³¹ É neste contexto, que por necessidades tanto do rei, quanto da nobreza que buscava um meio de distinguir-se das outras camadas sociais, que se constituíram as cortes dos séculos XIV e XV.³²

²⁸ Id. *O Nascimento do Purgatório*. 2ª ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1995, p. 18.

²⁹ GUENÉE, Bernard. *O Ocidente nos séculos XIV e XV: Os Estados*. São Paulo: EDUSP, 1981, p. 122.

³⁰ ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador. Formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. v. 2. p. 217.

³¹ GUENÉE, op. cit., p. 119-125

³² ELIAS, op. cit., p. 223-225

V. Representações Iconográficas da Corte Celestial

A corte celestial havia sido representada por diversos teólogos, como Pseudo-Dionísio e Santo Agostinho, porém são as suas representações iconográficas – iluminuras, pinturas – que mais se assemelham as cortes medievais.

Imagem 1



Iluminura do Breviário de Martim de Aragão datada do século XV. Pode-se observar que o Cristo carrega em sua mão esquerda o Livro Sagrado e um cetro, e em volta de seu trono estão alguns anjos. Fonte: Biblioteca Nacional da França

Na iluminura acima (imagem 1) vemos Cristo sendo representado como um verdadeiro rei do século XV – sentado em seu trono, usando sua insígnia real, e exaltado pelo equivalente à corte.

Imagem 2



Iluminura do Breviário de Martim de Aragão datada do século XV. Nesta imagem do Cristo entronizado, vemos em sua mão esquerda um globo com uma cruz sobre ele. Em sua volta estão santos, apóstolos e a Virgem. Fonte: Biblioteca Nacional da França.

Em outra iluminura do Breviário de Martim de Aragão (imagem 2) vemos outra representação do Cristo como um rei, devidamente entronizado. Como na imagem 1 está carregando uma insígnia real, no caso o globo com a cruz, e está cercado por sua corte.

Estas representações da corte celestial (imagens 1 e 2) possuem seu cunho religioso, entretanto, é preciso entender que uma única imagem da Idade Média, pode possuir mais de uma função, sejam elas políticas ou religiosas.³³

Imagem 3



Iluminura do Faits et gestes des Francs de Robert Gaguin datada do século XV. Vemos nesta imagem o rei francês cercado por sua corte. Fonte: Enluminures.

³³ SCHMITT, Jean-Claude. *Imagens*. In: LE GOFF, Jacques; _____ (Org). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Bauru: EDUSC, 2006, p. 600.

Nesta imagem da corte francesa vemos que o rei como o Cristo (imagens 1 e 2) está sentado em seu trono, possui um símbolo de seu poder régio e está envolto por sua corte.

Para Norbert Elias a França tornou-se um modelo de civilidade para todas as cortes européias, e analisando as semelhanças entre as representações apontadas acima (imagens 1, 2 e 3), logo percebemos que a corte francesa também serviu como um “modelo” à corte celestial.³⁴ E claramente não foram as estruturas desta corte que alicerçaram a corte celestial, porém é necessário entender que, como nos diz Schmitt, o artista tem a capacidade de criar a imagem de Deus, e no caso sua corte, baseado em sua própria realidade.³⁵

VI. A Corte Celestial como “modelo” à Corte Medieval

Essa concepção comparativa entre as cortes era a realidade da corte medieval. Entretanto, paradoxalmente estas representações imagéticas e iconográficas da equivalente celestial também serviriam como um “modelo” às cortes européias.

Querendo, no seu amor por nossa humanidade, nos edificar à medida de nossas forças, revelando-nos as celestes hierarquias e permitindo à nossa própria hierarquia imitá-las, na medida de uma instituição humana, a fim que ela entre em colegialidade com este sacerdócio angélico cuja forma é divina[...]³⁶(grifo nosso).

Neste trecho da Hierarquia Celeste, Pseudo-Dionísio nos fala que os “santos iniciadores” criaram esta imagem para que nós homens, possamos imitá-las, fazendo com que alcançássemos uma forma divinizada. Segundo Le Goff, este processo fez com que a realeza medieval (e talvez a nobreza também) buscassem uma semelhança divina para assim legitimar o seu poder.³⁷

Em outro trecho da obra de Pseudo-Dionísio vemos como esta hierarquia nos levaria à semelhança divina anteriormente citada, e nos aproximaria de Deus.

Chamo hierarquia uma ordem, um saber e um ato tão próximos quanto possível da forma divina, elevados à imitação de Deus na medida das iluminações divinas. [...] O fim da hierarquia é, portanto, o de conferir às criaturas, o quanto se pode, a semelhança divina e de uni-las a Deus.³⁸(grifo nosso).

³⁴ ELIAS, op. cit., p. 17.

³⁵ SCHMITT, op. cit., p. 597

³⁶ PSEUDO-DIONÍSIO, o Areopagita. *Obra Completa*. São Paulo: Paulus, 2004, p. 139.

³⁷ LE GOFF, Jacques. *A Civilização do Ocidente Medieval*. Bauru: EDUSC, 2005, p. 270.

³⁸ PSEUDO-DIONÍSIO, op. cit., p. 148-149.

É explicitado, portanto, que desde a Alta Idade Média havia esse interesse em não apenas caracterizar os monarcas como superiores sob argumentos de legitimação religiosa, mas também, articular toda uma sociedade espelhada em modelos divinos, segundo a idéia já expressada aqui de que as coisas terrenas movem-se tais quais as presentes no além.

Imagem 4



Iluminura do *Petite Heures* de John Berry datada do século XIV. Nesta imagem podemos observar um dominicano ensinando um príncipe. Na parte superior vemos o Cristo em Majestade cercado por anjos, já na parte inferior vemos Nabucodonosor cercado por animais. Fonte: Biblioteca Nacional da França.

Frederico II, embora fosse acusado por seus inimigos de ser um anunciador do Anticristo – ou de ser o próprio –, colocava-se como um salvador, um Imperador do Fim dos Tempos; indo mais além, posicionava-se como um novo Adão, quase um novo Cristo, sob argumentações de caráter escatológico.³⁹ Para exemplificar essa comparação com o divino, analisemos a imagem 4. Nela, um sacerdote ensina um príncipe sobre questões teológicas, comparando-os com sua futura função. Acima, vemos Jesus Cristo cercado de seus anjos – sua corte – e com a esfera com cruz, símbolo do poder temporal.

Abaixo, vemos Nabucodonosor, antigo rei da Babilônia que, por não reconhecer a superioridade de Deus sobre si, fora castigado. O rei enlouquecera, fora jogado entre os homens, destituído de seu poder; transformado em fera, se viu rastejando entre os animais, alimentando-se como um deles. Após finalmente reconhecer a majestade de Deus, fora

³⁹ LE GOFF, *Op. cit.*, p. 268.

restituído de seu poder, atingido um patamar acima do que já possuía (Daniel 4, 25-34).

O que vemos nesse trecho bíblico nada mais é do que um exemplo antigo do que na Idade Média era difundido: a ordem estabelecida pela vontade de Deus. Ao sacralizar o poder real, a Igreja argumenta que os súditos devem obediência cega ao seu monarca, pois aquele que resiste a tal poder, resiste à ordem desejada por Deus.⁴⁰ Logo, recolocamos o foco na imagem 4. Parece-nos claro que o sacerdote em questão, ao instruir o futuro monarca, deixa claro que este deve obediência irrestrita a Deus. Ao fazê-lo, este é agraciado com a prosperidade almejada – e não nos esqueçamos que a corte faz parte dessa prosperidade. Caso contrário, lhe é reservado cruel destino, tal qual o governante da babilônia.

VII. Considerações Finais

Em uma análise mais incisiva, podemos afirmar que, em um mundo aonde a palavra de Deus se confundia com quaisquer discursos eclesiásticos, exigir o cumprimento da vontade divina nada mais era que submeter o poder do rei à influência da Igreja. Esta o investia de sua “sacralidade”, tal como podia transformá-lo em um tirano. Nas litânicas cantadas nessa sacralização real, proclamava-se a união entre dois mundos, para além de sua simetria.⁴¹

Muitos são os indícios, através da própria iconografia, que essa sacralização da figura real e o uso da corte como um instrumento de legitimação, focando o recorte temporal dentro do período medieval, fora um instrumento de manutenção da ordem social vigente. Se separarmos a sociedade medieval em três partes – como demonstrada em iluminuras da época – com o clero sendo mostrado como a ponta de uma hierarquia, seguido da nobreza e abaixo destes os súditos, afirmamos – embora salvaguardando-nos contra uma possível análise superficial – que, mesmo com os conflitos entre clero e nobreza, característica dessa sociedade bicéfala, essa junção de poder real e secular tinha como principal objetivo manter a ordem social em vigência no período.

Mesmo com os conflitos entre nobreza e clero que marcaram a Idade Média, as classes julgadas inferiores eram mantidas na base dessa estrutura, muitas vezes demonstrada de forma piramidal. Sem limitar a função da corte e da sacralização ao status de simples ferramentas de legitimação, não podemos

⁴⁰ Ibid., p. 274.

⁴¹ Ibid., p. 270.

ignorar, contudo, esta função que ambas as características tomaram no medievo. Mais que isso, solidificavam os juramentos de homenagem e os atos de investidura. Estas vinculavam ambas as partes ao respeito de obrigações específicas e ao desempenho de obrigações específicas.⁴²

Essa legitimação sobreviveu ao estado absolutista, e fora grande argumento de seu poder. Para exemplificar, citemos Perry Anderson em *Linhagens do Estado Absolutista*, que coloca o absolutismo como um aparelho de dominação feudal recolocado e reforçado, destinado a sujeitar as massas camponesas à sua posição social tradicional, contra benefícios que haviam conquistado com a comutação generalizada de suas obrigações.⁴³ Mesmo nesse estado, temos novamente o rei como figura investida do poder divino, com a diferença que os embates entre Igreja e nobreza perderam seu ímpeto, em benefício da última. Assim na terra como no céu.

Reforçamos, mais uma vez, o fato de que não estamos caindo na armadilha de simplificar a função da corte como unicamente ferramenta de legitimação para uma estabilidade da ordem social. Contudo, era esta, de fato, uma função importante que os textos e a iconografia da época nos informam com clareza. Deus le volt (Deus assim deseja), um epíteto que foi relegado como herança ao ocidente cristão, possui sua origem em tempos remotos; mesmo antes do Cristianismo outras religiões defendiam seus argumentos sob a idéia de que seus deuses desejavam algo. Sem diferenciar-se, o cristianismo utilizou-se dessa vontade divina – sempre exposta pela Igreja – durante os séculos, e até hoje o utiliza. Herança antiga, mas alicerçada pela teologia medieval e seus argumentos. Que persistiu desde Constantino, passando por Carlos Magno, pelos reis da Idade Média e chegando ao estado absolutista.

Fontes

A BÍBLIA de Jerusalém. São Paulo: Paulinas, 2002.

PSEUDO-DIONÍSIO, o Areopagita. *Obra Completa*. São Paulo: Paulus, 2004

Bibliografia

ARNALDI, Girolano. Igreja e Papado. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (Org). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Bauru: EDUSC, 2006. p. 567-589.

ANDERSON, PERRY. *Linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

⁴² ANDERSON, PERRY. *Linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 409.

⁴³ *Ibid.*, p. 18.

- BLOCH, Marc. *Os Reis Taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- BURKE, Peter. *Testemunha Ocular: história e imagem*. Bauru: EDUSC, 2004.
- DUFF, Eamon. *Santos e Pecadores: história dos papas*. São Paulo: Cosac & Naify, 1998.
- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador. Formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. v. 2.
- GUENÉE, Bernard. Corte. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (Org). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Bauru: EDUSC, 2006. p. 269-381.
- _____. *O Ocidente nos séculos XIV e XV: Os Estados*. São Paulo: EDUSP, 1981.
- KANTOROWICZ, Ernst H. *Os dois corpos do rei: um estudo sobre teologia política medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- LE GOFF, Jacques. *A Civilização do Ocidente Medieval*. Bauru: EDUSC, 2005.
- _____. *As Raízes Medievais da Europa*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- _____. *O Deus da Idade Média: conversas com Jean-Luc Pouthier*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- _____. *O Nascimento do Purgatório*. 2ª ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.
- SCHMITT, Jean-Claude. Imagens. In: LE GOFF, Jacques; _____ (Org). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Bauru: EDUSC, 2006, p. 591-605.
- _____. *O Corpo das Imagens: Ensaio sobre a cultura visual na Idade Média*. Bauru: 2007.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história. Foucault revoluciona a história*. 4ª ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2008.
- ZUMTHOR, Paul. *Falando de Idade Média*. São Paulo: Perspectiva, 2009.